Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis de 2017 da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – Sicoob Credirochas em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2017, o Sicoob Credirochas completou 18 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

		%	p.p
ROE/ROA	**Jan a Dez/2017**	**Jan a Dez/2016**	**Variação**
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	18,53	26,37	-7,84
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	2,89	4,05	-1,16

2.2) Resultado

		Em Milhares R$	%
Demonstração do Resultado do Período	**Jan a Dez/2017**	**Jan a Dez/2016**	**Variação**
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	32.922	28.180	16,83
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.146	14.513	45,7
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.211	2.373	-6,83
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	10.388	7.866	32,06
Receitas com Ato Não Cooperativo	3.554	1.874	89,65
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	29.366	25.473	15,28
Despesas Tributarias	519	321	61,68
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	3.445	2.921	17,94
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	17.904	17.092	4,75
Juros ao Capital	4.735	5.697	- 16,89
Sobras Bruta do exercício	12.753	15.171	- 15,94

Contribuíram para compor a Sobra de 2017:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 32,06%, o resultado da intermediação financeira cresceu 16,83% em relação ao mesmo período de 2016.

Quanto as despesas, ocorreu uma variação do grupo de despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2016 de 15,28%.

Houve um aumento de 4,75% na receita de ingressos de deposito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 35,37%.

Foi pago em 2017 o valor de R$ 4.735 mil referente a juros ao capital.

2.3) Dados Patrimoniais

		Em Milhares R$	%
Balanço Patrimonial	**Jan a Dez/2017**	**Jan a Dez/2016**	**Variação**
Ativos Totais	491.011	398.379	23,25
Centralização Financeira	228.326	147.942	54,33
Carteira de Crédito	261.206	238.786	9,39
Depósitos	373.839	292.587	27,77
Patrimônio Líquido	81.211	71.541	13,52
Patrimônio de Referência (PR)	81.162	71.503	13,51

Os destaques para o crescimento da Cooperativa em 2017:

O total de ativos atingiu R$ 491.011 mil ao final de dezembro de 2017, com crescimento de 23,25% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da carteira de crédito, atingiu R$ 261.206.

Os depósitos obtiveram um aumento de 27,77% considerando o mesmo período de 2016, atingindo no final de 2017 o montante de R$ 373.839 mil.

O patrimônio líquido cresceu 13,52% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R$ 81.211 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R$

	31/12/2017			31/12/2016			Variação	
Carteira de Crédito	**PF**	**PJ**	**Total**	**PF**	**PJ**	**Total**	**Valor total**	**% Total**
Crédito Rural	12.156	203	12.359	11.600	0	11.600	759	6,54%
Empréstimos	28.878	164.053	192.931	29.612	144.008	173.620	19.311	11,12%
Títulos descontados	1.035	41.614	42.649	1.067	39.664	40.731	1.918	4,71%
Conta Corrente	2.567	10.700	13.267	2.151	10.684	12.835	432	3,37%
Total	44.636	216.570	261.206	44.430	194.356	238.786	22.420	9,39%

3) Pessoas

Contávamos com 118 colaboradores no final de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R$ 12.203 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em 2017, houve uma concentração de 79,83 % nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

Em 2017, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 54 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 32 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 31 de janeiro de 2018.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

A T I V O	**Nota**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Circulante		**366.229**	**282.823**
Disponibilidades	**4**	**1.794**	**1.824**
Títulos e Valores Mobiliários	**5**	**31**	**374**
Carteira Própria		31	374
Relações Interfinanceiras	**6**	**228.326**	**147.942**
Centralização Financeira - Cooperativas		228.326	147.942
Operações de Crédito	**7**	**124.439**	**120.357**
Empréstimos e Títulos Descontados		144.850	132.989
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		6.849	6.142
(-) Provisão para Operações de Crédito		(27.260)	(18.774)
Outros Créditos	**8.1**	**3.181**	**2.807**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.322	477
Rendas a Receber		1.610	1.967
Diversos		1.057	671
(-) Provisão para Outros Creditos de Liquidação Duvidosa		(808)	(308)
Outros Valores e Bens	**9**	**8.458**	**9.519**
Outros Valores e Bens		8.793	9.686
(-) Provisão para Desvalorizações		(403)	(219)
Despesas Antecipadas		68	52
Não Circulante		**124.782**	**115.556**
Realizável a Longo Prazo		**112.806**	**103.781**
Títulos e Valores Mobiliários	**5**	**2.114**	**2.981**
Carteira Própria		2.114	2.981
Operações de Crédito	**7**	**109.507**	**99.655**
Empréstimos e Títulos Descontados		103.997	94.197
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		5.510	5.458
Outros Créditos	**8.2**	**1.185**	**1.145**
Diversos		1.185	1.145
Permanente		**11.976**	**11.775**
Investimentos	**10**	**9.125**	**8.453**
Participação em Cooperativa Central de Credito		4.885	4.837
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		4.240	3.616
Imobilizado de Uso	**11**	**2.746**	**3.187**
Outras Imobilizações de Uso		8.151	7.883
(-) Depreciações Acumuladas		(5.405)	(4.696)
Intangível	**12**	**105**	**135**
Ativos intangíveis		671	622
(-) Amortização Acumulada		(566)	(487)
TOTAL		**491.011**	**398.379**

P A S S I V O	**Nota**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Circulante		**399.366**	**317.374**
Depósitos	**13**	**373.827**	**292.551**
Depósito à Vista		58.573	38.658
Depósito Sob Aviso		4.678	4.615
Depósito a Prazo		310.576	249.278
Relações Interfinanceiras		**2.849**	**3.253**
Repasses Interfinanceiros	15.1	2.849	3.253
Relações Interdependências	**16**	**12.428**	**10.130**
Recursos em Trânsito de Terceiros		12.428	10.130
Obrigações Por Empréstimos e Repasses		**2.410**	**4.820**
Empréstimos no País - Outras Instituições	15.2	2.410	4.820
Outras Obrigações		**7.852**	**6.620**
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	17.1	133	38
Sociais e Estatutárias	17.2	2.014	2.126
Fiscais e Previdenciárias	17.3	1.031	1.043
Diversas	17.4	4.674	3.413
Não Circulante		**10.434**	**9.464**
Exigível a Longo Prazo		10.434	9.464
Depósitos		**12**	**36**
Depósito a Prazo		12	36
Relações Interfinanceiras	**15.1**	**9.253**	**8.309**
Repasses Interfinanceiros		9.253	8.309
Outras Obrigações		**1.169**	**1.119**
Diversas	17.5	1.169	1.119
Patrimônio Líquido		**81.211**	**71.541**
Capital Social	**19**	**52.705**	**46.161**
De Dominiliados no País		52.800	46.252
(-) Capital a Realizar		(95)	(91)
Reserva de Sobras		**24.898**	**20.889**
Sobras Acumuladas		**3.608**	**4.491**
TOTAL		**491.011**	**398.379**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

	Nota	**2º SEM. 2017**	**31/122017**	**31/12/2016**
Ingressos da Intermediação Financeira		**31.844**	**62.422**	**62.886**
Operações de Crédito	7.1	31.745	62.149	62.342
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.1	99	273	544
Dispêndios da Intermediação Financeira		**(26.118)**	**(50.646)**	**(49.219)**
Operações de Captação no Mercado	14	(13.007)	(28.345)	(33.372)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	15.3	(541)	(1.155)	(1.334)
Provisão para Operações de Créditos		(12.570)	(21.146)	(14.513)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		**5.726**	**11.776**	**13.667**
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		**(245)**	**1.980**	**2.217**
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.700	5.525	3.775
Rendas (Ingresos) de Tarifas		2.607	4.863	4.091
Dispêndios/Despesas de Pessoal	22	(6.228)	(12.203)	(11.279)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	23	(7.733)	(14.523)	(11.870)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(291)	(519)	(321)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.1	8.951	17.904	17.092
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	24	1.640	3.573	3.053
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	25	(1.891)	(2.640)	(2.324)
Resultado Operacional		**5.481**	**13.756**	**15.884**
Resultado Não Operacional	**26**	**(40)**	**(128)**	**(132)**
Resultado Antes da Tributação e Participações		**5.441**	**13.628**	**15.752**
Participações nos Resultados de Empregados		(476)	(875)	(581)
Sobras / Perdas antes das Destinações		**4.965**	**12.753**	**15.171**
Destinações legais e Estatutárias			**(4.410)**	**(4.983)**
F.A.T.E.S.			(401)	(941)
Reserva Legal			(4.009)	(4.042)
Resultado antes do Juros ao Capital			**8.343**	**10.188**
Juros ao Capital	21		(4.735)	(5.697)
Sobras / Perdas Líquidas		**4.965**	**3.608**	**4.491**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldos em 31/12/15	**37.544**	**(60)**	**16.847**	**5.360**	**59.691**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	5.322			(5.322)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(38)	(38)
Movimentações de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	2.520	(31)			2.489
Por Devolução (-)	(3.430)				(3.430)
Reversões de Reservas					-
Sobras ou Perdas Líquidas				15.171	15.171
Provisão de Juros ao Capital				(5.697)	(5.697)
Subscrição do Juros ao Capital	5.697				5.697
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.060)				(1.060)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(88)				(88)
IRRF sobre Juros ao Capital	(253)				(253)
Fates Atos Não Cooperativos				(492)	(492)
Destinação do Resultado Não Operacional					-
Destinação das Sobras do Exercício:					-
. Fundo de Reserva			4.042	(4.042)	-
. F A T E S				(449)	(449)
Saldos em 31/12/16	**46.252**	**(91)**	**20.889**	**4.491**	**71.541**
Saldos em 31/12/16	**46.252**	**(91)**	**20.889**	**4.491**	**71.541**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	4.476			(4.476)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(15)	(15)
Movimentações de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	1.590	(4)			1.586
Por Devolução (-)	(3.062)				(3.062)
Estorno/Cancelamento de Capital	(53)				(53)
Reversões de Reservas					-
Sobras ou Perdas Líquidas				12.753	12.753
Provisão de Juros ao Capital				(4.735)	(4.735)
Subscrição do Juros ao Capital	4.735				4.735
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(883)				(883)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(83)				(83)
IRRF sobre Juros ao Capital	(172)				(172)
Destinação das Sobras do Exercício:					-
. Fundo de Reserva			4.009	(4.009)	-
. F A T E S				(401)	(401)
Saldos em 31/12/2017	**52.800**	**(95)**	**24.898**	**3.608**	**81.211**
Saldos em 30/06/17	**49.368**	**(105)**	**20.889**	**5.693**	**75.845**
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	984	10			994
Por Devolução (-)	(1.111)				(1.111)
Estorno de Capital	(38)				(38)
Aumento de Reservas					-
Reversões de Reservas					-
Sobras ou Perdas Líquidas				4.965	4.965
Provisão de Juros ao Capital				(2.640)	(2.640)
Subscrição do Juros ao Capital	4.735				4.735
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(883)				(883)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(83)				(83)
IRRF sobre Juros ao Capital	(172)				(172)
Destinação das Sobras do Exercício:					-
. Fundo de Reserva			4.009	(4.009)	-
. F A T E S				(401)	(401)
Saldos em 31/12/17	**52.800**	**(95)**	**24.898**	**3.608**	**81.211**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	**5.441**	**13.628**	**15.752**
Participações nos Resultados de Empregados	(476)	(875)	(581)
Depreciações e Amortizações	450	914	877
Provisão de Juros ao Capital	(2.640)	(4.735)	(5.697)
Provisão para perda com operações de crédito	12.570	21.146	14.513
Resultado das baixas por obsolescencia do Ativo Imobilizado	-	1	4
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(491)	(360)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	(1)	(29)	-
	15.344	**29.559**	**24.508**
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	952	1.211	1.875
Relações Interfinanceiras	1	-	-
Operações de Crédito	(27.207)	(35.081)	(19.944)
Outros Créditos	561	(413)	(943)
Outros Valores e Bens	(255)	1.060	(8.148)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	16.566	19.915	663
Depósitos sob Aviso	80	63	212
Depósitos a Prazo	19.503	61.275	36.622
Outras Obrigações	(1.533)	1.282	501
Relações Interfinanceiras	(1.115)	540	(480)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(2.410)	-
Relações Interdependências	12.388	2.297	393
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**35.285**	**79.298**	**35.259**
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	491	360
Venda Imobilizações de Uso	1	29	-
Aplicação no Intangível	(46)	(48)	(40)
Inversões em Imobilizado de Uso	(231)	(396)	(1.301)
Inversões em Investimentos	(171)	(672)	(852)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	**(447)**	**(596)**	**(1.833)**
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	994	1.586	2.489
Devolução de Capital à Cooperados	(1.111)	(3.062)	(3.430)
Estorno/Cancelamento de Capital	(38)	(53)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(15)	(38)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(492)
FATES Sobras Exercício	(401)	(401)	(449)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(83)	(83)	(88)
Subscrição do Juros ao Capital	4.735	4.735	5.697
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(883)	(883)	(1.060)
IRRF sobre Juros ao Capital	(172)	(172)	(253)
Aumento de Reservas	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	**3.041**	**1.652**	**2.376**
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	**37.879**	**80.354**	**35.802**
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	192.241	149.766	113.964
No Fim do Período	230.120	230.120	149.766
Variação Líquida das Disponibilidades	**37.879**	**80.354**	**35.802**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS ("SICOOB CREDIROCHAS" ou "Cooperativa")**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/04/1999, filiada à **CCC DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIROCHAS** possui 10 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, BARRA MANSA - RJ, VOLTA REDONDA - RJ, ATÍLIO VIVÁCQUA - ES, RESENDE - RJ, MUQUI – ES.**

O **SICOOB CREDIROCHAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposto em contrário. As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros préfixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério «*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Disponibilidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa (a)	1.301	750
Deposito Bancário Bancoob/Banco do Brasil	28	146
Numerário em Trânsito (b)	465	926
Total	**1.794**	**1.824**

(a) Numerário em tesouraria e terminais de autoatendimento das agências da Cooperativa.

(b) Numerário custodiado em empresas de guarda de valores.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa – Circulante	31	374
Título De Renda Fixa – Não circulante	2.114	2.981
Total	**2.145**	**3.355**

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5.1 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rdc - pós-fixado	273	544
Total	**273**	**544**

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	228.326	147.942
Total	**228.326**	**147.942**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2017 no montante de R$17.904 (31/12/2016 – R$17.092) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos".

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Depositantes	1.052	1.081
Cheque Especial	2.334	1.961
Conta Garantida	9.881	9.793
Empréstimo	179.767	161.468
Títulos Descontados	42.649	40.731
Financiamentos	13.164	12.152
Financiamentos Rurais	12.359	11.600
Total da Carteira de Crédito	261.206	238.786
(Provisão para operações de Crédito)	-27.260	-18.774
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**233.946**	**220.012**

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	1.052	0	0	1.052
Cheque Especial	2.334	0	0	2.334
Conta Garantida	9.881	0	0	9.881
Empréstimos	24.362	57.851	97.554	179.767
Títulos Descontados	39.255	3.394	0	42.649
Financiamentos	2.124	4.595	6.445	13.164
Financiamentos Rurais	1.566	5.283	5.510	12.359
TOTAL	**80.574**	**71.123**	**109.509**	**261.206**

c) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

											31/12/2017	31/12/2016
Carteira	**Curso**	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**	**Total**
Adiantamento a Depositantes	Normal	0	8	28	270	133	5	12	1	7	464	440
	Anormal	0	0	3	53	36	38	34	30	394	588	641
Cheque Especial	Normal	0	6	592	763	610	118	39	31	175	2.334	1.961
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta Garantida	Normal	0	141	1.543	6.577	801	139	183	50	447	9.881	9.793
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo	Normal	96	42.296	38.938	36.124	13.688	1.324	5.362	158	3.023	141.009	141.855
	Anormal	0	0	1.544	15.698	5.297	1.501	3.223	3.959	7.536	38.758	19.613
Títulos Descontados	Normal	1.185	19.133	15.267	3.899	852	0	33	290	0	40.659	39.293
	Anormal	0	0	457	567	94	86	121	108	557	1.990	1.438
Financiamentos	Normal	0	2.525	3.203	5.323	402	0	275	0	70	11.798	11.186
	Anormal	0	21	176	407	216	141	31	25	349	1.366	966
Financiamentos Rurais	Normal	0	2.799	5.329	3.404	102	0	0	124	27	11.785	11.376
	Anormal	0	0	0	140	96	0	0	338	0	574	224
Total Normal	Normal	1.281	66.908	64.900	56.360	16.588	1.586	5.904	654	3.749	217.930	215.904
Total Anormal	Anormal	0	21	2.180	16.865	5.739	1.766	3.409	4.460	8.836	43.276	22.882
Total		**1.281**	**66.929**	**67.080**	**73.225**	**22.327**	**3.352**	**9.313**	**5.114**	**12.585**	**261.206**	**238.786**

d) Composição da provisão por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

		31/12/2017		31/12/2016	
Nível de Risco	**% Provisão**	**Valor Operações**	**Provisão Constituída**	**Valor Operações**	**Provisão Constituída**
AA	-	1.281	0	9.481	0
A	0,5	66.929	334	82.766	414
B	1	67.084	671	80.460	805
C	3	73.224	2.197	32.272	968
D	10	22.327	2.233	13.058	1.306
E	30	3.351	1.005	1.520	456
F	50	9.312	4.656	6.354	3.177
G	70	5.113	3.579	4.088	2.861
H	100	12.585	12.585	8.787	8.787
Total		**261.206**	**27.260**	**238.786**	**18.774**

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	720	14.844	4702	0	20.266	8%
Setor Privado - Indústria	2.804	27.739	9.752	0	40.295	15%
Setor Privado - Serviços	6.796	116.118	26.120	0	149.034	57%
Pessoa Física	2.567	28.878	1.035	12.156	44.636	17%
Outros	380	5.352	1.040	203	6.975	3%
TOTAL	**13.267**	**192.931**	**42.649**	**12.359**	**261.206**	**100%**

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	18.774	12.994
Constituições	20.646	14.739
Transferência para prejuízo	(12.160)	(8.959)
TOTAL	**27.260**	**18.774**

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	6.339	2%	4.730	2%
10 Maiores Devedores	41.114	16%	35.082	15%
50 Maiores Devedores	99.336	38%	88.426	37%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	15.568	9.031
Valor das operações transferidas no período	12.160	8.959
Valor das operações recuperadas no período	(2.211)	(2.373)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	1	13
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(85)	(62)
TOTAL	**25.433**	**15.568**

7.1 Operações de Credito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	847	1.062
Rendas de empréstimos	43.374	41.865
Rendas de direitos creditórios descontados	12.371	14.035
Rendas de financiamentos	2.468	3.061
Rendas fin. rurais - aplic com recursos livres	49	0
Rendas fin. rurais – aplic. repassadas e refinanciamento	829	736
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.211	1.583
	62.149	**62.342**

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

8.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honradas	1.322	477
Créditos por avais e fianças honradas	1.322	477
Rendas a Receber	1.610	1.967
Rendas de convenio a receber	36	45
Rendas a receber - Cartões	241	206
Centralização financeira	1.248	1.681
Rendas a receber seguros	55	-
Rendas convênio a receber - inss	2	3
Outras Rendas a Receber	28	32
Diversos	1.057	671
Antecipação Salariais	86	81
Adiantamento de Férias	86	81
Adiantamentos Diversos	-	2
Adiantamento para despesas Diversas	-	2
Adiantamentos Por Conta de Imobilizações	-	47
Adiantamento por conta de Imobilizações	-	47
Devedores por Compra de Valores e Bens	257	25
Outros	-	11
Imóveis de não Uso próprio	257	14
Impostos e Contribuições a Compensar	294	285
Saldo Negativo IRPJ – Exercício anteriores	192	160
Saldo Negativo CSLL– Exercício anteriores	94	122
ISS – Imposto sobre Serviço	3	3
Cofins a Compensar	4	-
Pis a Compensar	1	-
Pagamentos a Ressarcir	5	2
Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito	-	2
Outros	5	-
Títulos de Crédito a Receber	292	193
Tarifas a Receber	292	193
Devedores Diversos - País	123	34
Faltas de Caixa	4	1
Pendencias a Regularizar	67	6
Plano de Saúde a Receber	9	6
Pendencias a Regularizar Bancoob	36	10
Outros	7	11
Total	**3.989**	**3.115**
(-) Provisão para Outros Créditos	**(808)**	**(308)**
(-) Com característica de concessão de crédito	(3)	-
(-) Avais e Fianças Honradas	(805)	(308)
Total Outros créditos Líquido	**3.181**	**2.807**

8.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Devedores por Depósito e Garantia (a)	1.143	1.129
Pis – Deposito Judicial	146	141
Cofins – Deposito Judicial	793	765
Outros	203	223
Para interposição de recursos trabalhistas	43	16
Para interposição de recursos trabalhistas	43	16
Total	**1.185**	**1.145**

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 17.5.

9. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso Próprio (a)	8.792	9.686
Imóveis	6.993	8.037
Veículos e Afins	87	352
Maquinas e Equipamentos	343	1.297
Bens em Regime Especial	1.369	-
Almoxarifado	1	-
(-) Prov. para desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(403)	(219)
Despesa Antecipada (c)	68	51
Prêmio de seguros	22	18
Assinatura de Periódicos	1	-
Outros	45	34
Total	**8.499**	**9.519**

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(b) Refere-se a provisão com base em laudo atualizado dos valores de mercados dos bens não de uso próprio;

(c) Os valores mais relevantes registrado em outros refere-se a Contribuição Cooperativista.

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central de Credito do Espirito Santo – Sicoob Central	4.885	4.837
Participações em Cooperativa Central de Credito	4.885	4.837

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	4.240	3.616
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	4.240	3.616
Total	**9.124**	**8.453**

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado em Curso		351	1.419
Saldo Imobilizado em Curso		**351**	**1.419**
Instalações	10%	4.293	3.439
(-) depreciação acumulada de instalações		(3.177)	(2.713)
Saldo Instalações		**1.116**	**726**
Móveis e Equipamentos	10%	1.290	1.059
(-) depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(652)	(543)
Saldo Móveis e Equipamentos		**638**	**516**
Sistema de Processamento de Dados	10%	1.455	1.241
(-) sistema de processamento de dados		(1.122)	(987)
Saldo Sistema de Processamento de Dados		**333**	**987**
Sistemas de Comunicação	20%	114	109
(-) sistema de comunicação-equipamentos		(87)	(78)
Saldo Sistemas de Comunicação		**27**	**31**
Sistemas de Segurança	10%	333	262
(-) depreciação acumulada - sistema de segurança		(203)	(168)
Saldo Sistemas de Segurança		**130**	**94**
Sistemas de Transporte	20%	315	354
(-) depreciação acumulada - sistema de transporte		(164)	(207)
Saldo Sistemas de Transporte		**151**	**147**
Subtotal		**8.151**	**7.883**
Depreciação acumulada		(5.405)	(4.696)
Total Líquido Imobilizado.		**2.746**	**3.187**

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Taxa de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Direito de Uso	671	(566)	10%	671	622
Total				671	622
Amortização acumulada				(566)	(487)
Total				**105**	**135**

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito a prazo	58.573	38.658
Depósito Sob Aviso	4.678	4.615
Depósito a Prazo	310.588	249.314
Total		

Os depósitos, até o limite de R$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	6.339	2%	4.730	2%
10 Maiores Depositantes	41.114	16%	35.082	15%
50 Maiores Depositantes	99.336	38%	88.426	37%

14 Operações de Captação no Mercado

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de depósitos de aviso prévio	441	597
Despesas de depósitos a Prazo	27.398	32.349
Contribuição de Contribuição ao Fundo Garantidor de credito	507	426
Total	**28.345**	**33.372**

15. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

15.1 Relações Interfinanceiras:

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	2.484	9.044	11.151
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	365	209	411
Total			**2.849**	**9.253**	**11.562**

15.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	2.410	-	4.820
Total			**2.410**	**-**	**4.820**

15.3 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao Bancoob e Sicoob Central.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Empréstimo Rotativo Central	326	635
Despesas de repasse - Central	10	9
Despesas de repasse - Bancoob	819	690
Total	**1.155**	**1.334**

16. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse conforme convênios firmados.

Descrição	31/12/2016	31/12/2016
Ordens de Pagamento (a)	12.428	10.129
Recebimento em trânsito de Terceiro	-	1
Total	**12.428**	**10.130**

(a) Refere-se a recebimentos de R$12.428 mil cheques emitidos contra ordem de terceiros.

17. Outras Obrigações

17.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Credito - IOF	132	37
Operações com títulos e valores mobiliários - IOF	1	1
Total	**133**	**38**

17.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	449	977
Provisão para Participações nos Lucros – empregados (b)	527	583
Gratificações a Dirigentes (c)	63	67
Cotas de Capital a Pagar (d)	975	499
Total	**2.014**	**2.126**

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R$ 527 a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/18.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

17.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	61	68
Imposto e contribuições s/ salários	389	372
Outros	581	603
Total	**1.031**	**1.043**

17.4 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por aquisição de bens e direitos	80	1
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento (b)	1.724	1.531
Despesas de Pessoal	830	746
Água/energia/gás	-	-
Aluguéis	81	82
Comunicações	43	46
Promoções e Relações publicas	15	-
Condomínio	1	-
Manutenção e conservação de bens	6	5
Transporte	62	4
Plano de saúde	63	6
Compensação	65	155
Seguros a recolher	14	6
Seguro prestamista	110	77
Provisão de despesas com cartões	69	45
Outras despesas administrativa	58	19
Provisão para Garantias Prestadas	740	194
Pendências a regularizar	135	5
Diferença de caixa	9	9
Pagamentos a processar	10	-
Pendências a regularizar banco	89	167
Cooperativa central	130	14
Valores a pagar arrecadação	1	1
Taxas alienação de veículos a	7	6
Taxas de gravames a repassar	2	1
Cheques Descontados (a)	225	203
Credores diversos – Liquidação de cobrança	74	90
Outros	31	-
Total	**4.674**	**3.413**

a. Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017;

b. Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

17.5 Contingências Passivas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

	31/12/2017		31/12/2016	
Descrição	Provisões para Contingências	Depósitos judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (a)	146	146	141	141
COFINS (a)	793	793	765	765
Passivos Trabalhistas (b)	100	43	-	16
Outras contingências	0	203	213	223
Cíveis (c)	130	-	-	-
Total	**1.169**	**1.186**	**1.119**	**1.145**

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

(b) Provisão de ações por reclamações trabalhistas;

(c) Refere-se a processo de dano moral e material que foram reclassificados da conta de “outras contingências”.

Os processos judiciais em que a Cooperativa figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R$ 287.

18. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIROCHAS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	52.705	46.161
Associados	14.833	11.711

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/04/2017, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R$ 4.491.

(D) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	8.018	6.474
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0	(692)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.018	8.982
Destinações estatutárias	(4.410)	(4.491)
Reserva legal - 45%	(4.009)	(4.042)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(401)	(449)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	**3.608**	**4.491**

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

20. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	3.554	1.874
Despesas específicas de atos não cooperativos	(956)	(223)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(992)	(454)
Resultado operacional	1.606	1.197
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(132)	(128)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.474	1.069
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(1.474)	(377)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	**0**	**692**

21. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros ao Capital	4.735	5.697
IRRF sobre juros ao capital	(172)	(253)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(83)	(88)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(883)	(1.060)
Valor incorporado a conta capital	**3.597**	**4.296**

22. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	1.081	1.325
Despesas de pessoal - benefícios	2.051	1.790
Despesas de pessoal - encargos sociais	2.487	2.263
Despesas de pessoal - proventos	6.488	5.837
Despesas de pessoal - treinamento	-	3
Despesas de remuneração de estagiários	96	61
Total	**12.203**	**11.279**

23. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gás	305	285
Despesas de alugueis	930	823
Despesas de comunicações	736	600
Despesas de manutenção e conservação de bens	125	123
Despesas de material	172	167
Despesas de processamento de dados	1.569	712
Despesas de promoções e relações públicas	457	401
Despesas de propaganda e publicidade	510	459
Despesas de publicações	40	34
Despesas de seguros	32	26
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.143	3.546
Despesas de serviços de terceiros	903	753
Despesas de serviços de vigilância e segurança	689	589
Despesas de serviços técnicos especializados	770	564
Despesas de transporte	437	344
Despesas de viagem no país	175	102
Outras despesas administrativas	2.616	1.464
Despesas de amortização	79	89
Despesas de depreciação	835	789
Total	**14.523**	**11.870**

24. Outros ingressos/rendas operacionais

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcrede.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros	104	547
Rendas de garantias prestadas	-	1
Reversão de provisões operacionais	-	42
Reversão provisão para garantias prestadas	5	178
Reversão provisão para conting	57	-
Rendas juros cartão de crédito	1528	934
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	281	326
Dividendos	491	360
Crédito receita sipag - faturamento	81	40
Crédito receita sipag - antecipação	358	133
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	462	274
Rendas intercâmbio - cartão de débito	10	54
Receita volume financeiro - rede	1	3
Rendas de repasses delcredere	146	160
Outras rendas operacionais	49	1
Total	**3.573**	**3.053**

25. Outros dispêndios/despesas operacionais

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes e contribuição ao fundo de tecnologia da confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	50	-
Contingentes	38	-
Provisão para garantias presta	552	-
Operações de crédito	248	56
Perdas - fraudes externas	31	-
Perdas - práticas inadequadas	27	4
Perdas - falhas de gerenciamen	94	-
Correspondente bancário	7	15
Passivos contingentes	-	85
Cancelamento - tarifas pendentes	550	465
Fundo de desenvolvimento	-	240
Estorno juros mora - oper crédito - rpl	2	10
Tarifa recebimento convênio - cra´s cartórios	18	-
Contrib. ao fundo ressarc. fraudes	13	6
Contrib. ao fundo ressarc. perdas operacionais	8	4
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	349	353
Descontos concedidos - operações de crédito	638	1.075
Outros	15	11
Total	**2.640**	**2.324**

26. Resultado não operacional

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	131	-
Ganhos de Capital	65	15
Ganhos de Aluguéis	5	-
Reversão de Provisões não Operacionais	-	22
Outras Rendas não Operacionais	26	15
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(140)	(48)
(-) Perdas de Capital	(3)	(7)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(183)	(113)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(29)	(16)
Total	**(128)**	**(132)**

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	15	(2)	1,00%
Crédito Rural	33	-	0,55%
Empréstimo	868	(5)	0,81%

Percentual em relação a carteira ativa referente a movimentação total

Descrição	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos	0,16%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,09%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito com garantias prestadas	31/12/2017
Crédito Rural	511
Empréstimos e Financiamentos	1.707

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	3.618	6,19%	-
Depósitos a Prazo	22.943	7,28%	94%a 105% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Cheques PF	A partir 1,50% a.m.	A partir 1,50% a.m.
Desconto de Cheques PJ	A partir 1,40% a.m.	A partir 1,40% a.m.
Empréstimos	A partir de 1,40 a.m. para aqueles que recebem em folha	A partir de 1,40 a.m. para aqueles que recebem em folha
Aplicações financeiras	94%a 105% CDI	94%a 105% CDI

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e benefícios, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2017
Honorários e Cédula de Presença	993
Benefícios	22

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de Credito, o qual, a Cooperativa tem participação e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob.

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	**230.381**	**151.297**
Títulos e Valores mobiliários	2.145	3.355
Relações Interfinanceiras	228.236	147.942
Passivo	14.512	16.382
Relações Interfinanceiras	12.102	11.562
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.410	4.820
Receitas	**18.177**	**17.636**
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	273	544
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	17.904	17.092
Despesas	**2.500**	**1.674**
Operações de Empréstimos e Repasses	1.155	1.334
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	1.345	340

28. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIROCHAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

29. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018

29.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

29.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

29.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

30. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de dezembro de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 29.621 (31/12/2016 – R$ 23.853)**,** referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 1º/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	81.162	71.503
Margem de Compatibilização	42.839	37.463
Índice da Basileia	27,53%	27,31%
Margem de Imobilização	37.780	32.468

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 31 de dezembro de 2017.

Eliomar Silva Torres
Diretor Executivo
CPF: 574.683.117-49

Edmilson de Moraes Paixão
Diretor Operacional
CPF: 744.107.767-20

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – Sicoob Credirochas

Cachoeiro do Itapemirim/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – Sicoob Credirochas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credirochas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório de Auditoria

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Credirochas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 5 de abril de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 23 de março de 2018

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da ***Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – Sicoob Credirochas***, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado de 23 de Março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 27 de Março de 2018.

Jorge Mitsuo Hirata
Coordenador do Conselho Fiscal

Roney Guimarães Pereira
Secretário do Conselho Fiscal

José Onofre Lopes
Conselheiro Fiscal Efetivo